



Reunião de líderes decidirá pauta de vetos

Presidente do Senado anunciou que tentará identificar temas em que já pode haver consenso; na lista, itens polêmicos, como a Lei do Ato Médico e a nova partilha do FPE

O presidente do Senado, Renan Calheiros, reuniu-se com a presidente Dilma Rousseff ontem e declarou que a análise de vetos programada para hoje desperta preocupações no Executivo e no

Legislativo. Renan espera que as decisões evitem futuros questionamentos judiciais e fortaleçam o Congresso. Reunião de lideranças partidárias do Senado e da Câmara para decidir quais vetos serão votados foi marcada para as 15h. **2**

especial Cidadania



Moreno Camargo/ABr

Loja na Rua 25 de Março, em São Paulo: consumo sobe, dívidas também

Senado avança em lei que combate superendividamento

O senador Ricardo Ferraço apresentará no final deste mês parecer sobre o projeto de lei que previne as dívidas exageradas da população e cria

mecanismos para reabilitar as pessoas que estão à beira da quebra. Entre os pontos da proposta, está a renegociação entre credores e devedores. **4 e 5**

Lio de Paula/Agência Senado



Kátia Abreu preside reunião da comissão temporária, que ouviu sugestões para combater o desperdício e a corrupção

Audiência reúne propostas para licitações

A Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações reuniu especialistas de diversos setores para debater sugestões para a legislação, que tem 20 anos. Limites

nos aditamentos, regulamentos setoriais e o fim do regime diferenciado foram algumas das propostas apresentadas para aprimorar as compras pelo serviço público. **3**

Comissão lembra os 10 anos da morte do comissário da ONU Vieira de Mello 8

Embaixador britânico pode ser convidado a falar sobre detenção de brasileiro 8

Ministra deverá ser ouvida sobre segurança no serviço público 7

Projeto aumenta para 28 anos idade-limite para dependente no IR 7

Regras para internet serão debatidas hoje em audiência 8

Plenário celebra 100 anos dos bois de Parintins

Sessão especial proposta pelos senadores do Amazonas homenageou as associações folclóricas Garantido e Caprichoso. De origem ibérica, festival dos

bois-bumbás atrai todos os anos milhares de pessoas ao município de Parintins (AM) e representa acréscimo de milhões de reais à economia local. **6**

Pedro Franco/Agência Senado



Alegorias do Caprichoso e do Garantido se apresentam na sessão de homenagem aos 100 anos dos bois-bumbás



Moreira Mariz/Agência Senado

Fernando Collor (C) preside audiência na Comissão de Infraestrutura

Governo e empresas divergem sobre marco da mineração

Debate realizado pela Comissão de Infraestrutura mostrou resistências do setor privado ao novo

marco da mineração. Para o senador Fernando Collor, é preciso garantir segurança jurídica ao setor. **3**

Pedro Franco/Agência Senado



Renan acredita que a apreciação dos vetos presidenciais sob novas regras será um aprendizado para os Três Poderes

Renan: líderes decidirão os vetos a serem analisados

Reunião de lideranças do Congresso está marcada para as 15h. Após encontro com Dilma Rousseff, Renan afirmou que a votação precisa ser revertida para a sociedade e deve evitar demandas judiciais

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, afirmou que os vetos a serem analisados pelo Congresso na sessão programada para a noite de hoje serão definidos pelos líderes partidários do Senado e da Câmara, que se reúnem às 15h.

A declaração foi dada em entrevista coletiva no início da noite de ontem, quando ele chegava de encontro com a presidente Dilma Rousseff no Palácio do Planalto.

— Vou conversar com os líderes, para saber o que é consensual — afirmou Renan, que também preside o Congresso Nacional.

De acordo com ele, a presidente está muito preocupada com a apreciação dos vetos, preocupação que, segundo ele, se estende a todo o Poder Legislativo. Para ele, será um grande aprendizado para os Três Poderes, já que, pela primeira vez, o Congresso irá analisar vetos com as novas regras estabelecidas pelos líderes partidários.

O presidente do Senado afirmou que a votação dos vetos significará o fortalecimento do Congresso, desde que a votação seja “revertida para a sociedade”. Do contrário, afirmou, advirá o fortalecimento do Poder Judiciário, uma vez que ensejará uma série de demandas judiciais.

Renan Calheiros disse que a pauta de votações será definida pelos líderes partidários, que, segundo ele, podem priorizar a análise de qualquer veto, assim como pedir a exclusão da pauta de hoje, para que sejam analisados em outra oportunidade.

— O importante é que o Congresso ajude a debelar crises. Não pode jogar no sentido de estabelecer confrontos — assinalou.

Renan disse que a presidente tem muita preocupação com a questão fiscal.

— O Brasil não pode dar um tiro no pé, passar um sinal distorcido. É muito importante o controle das contas públicas

— afirmou, acrescentando que tudo será decidido na reunião de líderes. Ele disse, por exemplo, que há acordo para garantir a hereditariedade das permissões de taxistas, vetada por Dilma, mas que a inclusão na pauta depende da reunião.

Novas regras

A sessão de hoje será a primeira do Congresso a ser realizada de acordo com a resolução aprovada em 11 de julho que estabelece que os vetos publicados a partir de 1º de julho de 2013 serão apreciados em 30 dias.

Entre os vetos que podem ser analisados hoje pelo Congresso estão os da Lei do Ato Médico; da lei que estabelece novas regras de partilha do Fundo de Participação dos Estados (FPE); e da lei que extingue a multa adicional de 10% sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que é paga pelas empresas em caso de demissão sem justa causa.

Aloysio critica Gilberto Carvalho por insinuação de favorecimento

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) criticou ontem, em Plenário, o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, por declarar que os senadores teriam votado contra a manutenção da multa de 10% sobre o saldo do FGTS (paga pelas empresas em caso de demissão sem justa causa) “para atender financiadores de campanha”. A afirmação foi publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, informou Aloysio.

O senador disse estar indignado com a declaração de Carvalho e lembrou que a manutenção da multa foi rejeitada por unanimidade, com os votos de 62 senadores.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Alvaro Dias condena medidas provisórias editadas pelo governo

Em pronunciamento ontem, Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou as medidas provisórias editadas pela presidente da República, Dilma Rousseff, que, a seu ver, contêm vícios de constitucionalidade e são instrumentos “autoritários” do governo para legislar.

Para Alvaro, a decisão de enviar medidas provisórias para o Congresso não obedece “ao menor espírito público, ao entendimento político ou ao critério técnico”. O senador ressaltou que muitas das matérias são editadas alterando outra medida provisória que nem sequer foi aprovada, “criando instabilidades e inseguranças jurídicas na legislação do país”.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Mozarildo: orçamento impositivo acaba com “toma lá dá cá”

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu a implantação do orçamento impositivo, já aprovada em primeiro turno na Câmara.

— É preciso limpar da operação de liberação de verbas a questão dos conchavos, do toma lá dá cá, para que possamos ter de fato o Executivo e o Legislativo como Poderes independentes, harmônicos e, acima de tudo, criteriosos.

Nos moldes atuais, segundo o senador, a liberação de emendas é objeto de barganha que submete o Congresso ao capricho do presidente da República. Para ele, os burocratas do governo não conhecem a realidade de estados e municípios.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ana Amélia pede atenção para variações do dólar

Ana Amélia (PP-RS) disse ontem que a pressão no mercado de câmbio doméstico exige atenção redobrada das autoridades econômicas porque ameaça o desenvolvimento do país e os fundamentos da economia brasileira, com impactos na balança comercial e no mercado interno.

— A área cambial é uma espécie de termômetro para medir a febre da economia. E o câmbio é a área mais sensível porque está relacionada às questões de confiança na política econômica — alertou a senadora.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Suplicy, Barbosa deve pedir desculpas a Lewandowski

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse em Plenário ontem que o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, deve desculpar-se com o ministro Ricardo Lewandowski pela linguagem que empregou durante julgamento de recursos dos réus do mensalão.

Na ocasião, Barbosa qualificou de “chicana” uma interpretação de Lewandowski — a quem o senador qualificou como um “homem de extraordinário currículo e respeitado por todos” — sobre embargos que podem favorecer parte dos réus.



Waldemir Barreto/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Na pauta da sessão deliberativa, projeto que altera o Regimento Interno do Senado para disciplinar a apreciação da escolha de autoridades pelas comissões.
- PRESIDÊNCIA Sessão do Congresso**
12h Renan Calheiros recebe taxistas; às 15h, reunião de líderes; às 16h, ordem do dia; e, às 19h, sessão do Congresso.
- CMA Combustível adulterado**
8h30 Entre os projetos em análise, o que estabelece a cassação de registro de estabelecimentos que comercializem combustíveis adulterados.
- CCT Audiência interativa**
9h Na pauta, projeto que obriga companhias de telefonia celular a identificar operadora de destino da chamada. Também projetos de decreto legislativo autorizando serviços de radiodifusão. Audiência pública interativa, às 14h, para debater a governança da internet no Brasil. As pessoas podem assistir à audiência e participar com perguntas e comentários.
- CAE Inclusão digital**
10h Projeto que declara os centros de inclusão digital entidades de multipropósito de especial interesse. Outro item eleva a idade dos dependentes para fins do IRPF.

- CE Matrícula escolar**
11h Na pauta, projeto que determina que o valor pago pela matrícula esteja incluído no total das anuidades escolares, limitando em 20% o percentual da multa devida pelo cancelamento da matrícula.
- CAS Fundos de pensão**
11h A Comissão de Assuntos Sociais discute, em audiência pública, investimentos de alto risco dos fundos de pensão. Está convidado o diretor da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, José Maria Rabelo.
- CMO LDO**
14h30 Reunião da Comissão Mista de Orçamento para análise de alteração no parecer preliminar ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014.
- CRE Mercosul**
14h30 Audiência pública para debater as relações comerciais no âmbito do Mercosul.
- CÓDIGO PENAL Relatório**
14h30 A comissão que reforma o Código Penal divulga prévia do relatório.
- CONGRESSO Vetos**
19h Sessão conjunta para exame de vetos presidenciais e de projeto sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, reunião da **Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle**; às 11h, audiência pública da **Comissão de Assuntos Sociais**. E, às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/te) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Em audiência pública ontem, foram apresentadas várias propostas de mudança na forma como as instituições públicas contratam serviços e decidem compras

Para debatedores, mudanças nas licitações evitariam desperdícios

EM REUNIÃO NA noite de ontem, senadores e especialistas debateram possíveis alterações na Lei de Licitações e Contratos (Lei 8.666/1993) que possibilitem reduzir a corrupção e o desperdício de recursos. Os debatedores apresentaram diversas sugestões à relatora, Kátia Abreu (PSD-TO), que presidiu a maior parte da audiência pública da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações. Inicialmente a reunião foi presidida por Eduardo Suplicy (PT-SP).

O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), Paulo Safady, defendeu alterações que reforcem as garantias de cumprimento de contratos, tanto por parte das empresas contratadas quanto por parte do governo.

Safady sugeriu o estabelecimento de limites para os aditamentos de contratos administrativos, cuja majoração não deve ser superior a 25% do contrato original. Ele também defendeu a extinção do chamado Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).

O vice-presidente de



Kátia Abreu (2ª à dir.) preside audiência pública na comissão temporária criada para modernizar a Lei de Licitações

Articulação Política da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro), Jeovani Salomão, sugeriu que sejam incluídos na Lei de Licitações regulamentos de contratação setoriais, com regras específicas para os diversos setores. Ele considera incongruente as mesmas regras serem exigidas, por exemplo, para licitação de grandes obras arquitetônicas e para a compra de programas de computador por parte dos governos.

Salomão sugeriu ainda a criação de mecanismos de arbitragem para solução

de conflitos e disputas de contratos de "grande vulto e mais complexos". Ele também pediu mudanças na norma que garantam vantagens competitivas para as micros e pequenas empresas nas licitações públicas.

O diretor-executivo da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), Carlos Roberto Vieira, criticou o atual texto, que, segundo ele, dá mais importância para o menor preço em detrimento dos quesitos de qualidade e de eficiência na prestação de serviços ou execução de obras.

A assessora jurídica da Federação Nacional das Empresas de Serviço e Limpeza Ambiental (Febrac), Celita Oliveira Sousa, disse que a Lei de Licitações precisa sim ser atualizada, mas acrescentou que a mudança mais necessária é na mentalidade das autoridades públicas e dos empresários para que a cultura da propina perca força no país.

Kátia Abreu concordou que nenhuma alteração legislativa vai "consertar o caráter de algumas pessoas". Para a senadora, o Brasil precisa punir de maneira mais rápida e mais dura a corrupção.

Comissão deverá apresentar proposta final em outubro

Presidida por Vital do Rêgo (PMDB-PB) e tendo como relator-revisor Waldemir Moka (PMDB-MS), a Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações aprovou um cronograma de três fases. A primeira é destinada a audiências públicas, às segundas-feiras, às 18h. A segunda fase de trabalho da comissão será destinada a estudar as sugestões e críticas colhidas nas audiências públicas e compará-las com os projetos que tramitam no Congresso sobre o assunto. Também nessa fase será elaborada a minuta de um projeto de lei. A relatora disse que há muitos projetos bons e que a ideia é aproveitá-los, não dispensá-los.

A última fase de trabalhos, que deverá ser concluída até 8 de outubro, será destinada à discussão da minuta e deliberação sobre a versão final do projeto.

A relatora, Kátia Abreu, lembra que a Lei de Licitações e Contratos, em mais de 20 anos de existência, já foi objeto de mais de 600 propostas de mudanças, incluindo projetos de lei e medidas provisórias.

Novo marco da mineração divide governo e empresários

A elaboração do novo marco da mineração, que tramita na Câmara dos Deputados e ainda será debatido no Senado, dividiu ontem opiniões de representantes do governo e do setor privado em audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Na opinião do diretor-presidente do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), Manoel Barretto da Rocha Neto, a aprovação do marco regulatório (PLs 37/2011, 5.807/2013 e apensados) vai subsidiar o planejamento na área mineral, dando suporte na definição dos blocos a serem licitados pelo Conselho Nacional de Política Mineral, que será criado para formular a política do setor.

Barretto observou que a elaboração do mapa geológico é tão importante para a economia como uma estrada ou qualquer obra de infraestrutura. O dirigente lembrou que o Serviço Geológico do Brasil já vem atuando em geologia marinha e em aerogeofísica e que a alteração da legislação atual é positiva para o aproveitamento e a ampliação do potencial de pesquisa.

Na avaliação de Paulo Guilherme Galvão, diretor de Planejamento e Desenvolvimento



Senador Fernando Collor (3º à esq.) coordena debate na CI com Carlos Vilhena, Manoel Barretto e Paulo Guilherme Galvão

da Mineração do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a ser transformado em agência reguladora com a aprovação do marco regulatório, a atividade mineral tem que ser continuamente reavaliada para a busca de competitividade e a inserção do Brasil no mercado mundial.

No momento atual, afirmou Galvão, a indústria de mineração vive uma crise de confiança e retração nos investimentos, com troca no comando das grandes empresas, que operam com prejuízo em todo o mundo. Ele lembrou que o Brasil produz 82 minerais, mobilizando grandes mineradoras e estabelecimentos menores, o que contribui

para a agregação de valor, a formalização da atividade e a geração de emprego e renda.

Galvão disse ainda que o novo marco regulatório reformula as alíquotas da

Collor lembra necessidade de dar segurança jurídica ao setor

Na opinião do presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL), o novo marco regulatório merece ser discutido profundamente. O senador questionou se o novo marco induz ou afasta o investimento privado e indagou sobre a segurança e a garantia jurídica a serem dadas àqueles empreendedores que estiveram subordinados às regras do setor nos últimos 70 anos.

A audiência pública sobre mineração fez parte de um ciclo de debates promovido pela comissão para o biênio 2013-2014, intitulado Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do país, que tem por objetivo avaliar informações e propostas para a área de infraestrutura, especialmente no que se refere à modernização e à expansão dos serviços e ao aumento da competitividade.

Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), o que irá duplicar a arrecadação, somando R\$ 4 bilhões anuais. Hoje, 65% da contribuição vai para os municípios, 23% para os estados e 12% para a União.

Já o sócio da Pinheiro Neto Advogados, Carlos Vilhena, criticou o projeto e defendeu alterações na proposta. Ele também questionou se a agência reguladora a ser criada terá autonomia política e financeira para atuar. Vilhena afirmou que o projeto prevê um excessivo protagonismo e ingerência do Estado, o que poderá diminuir a competitividade, ao atrair apenas grandes grupos econômicos ao setor.

Para Vilhena, a proposta do novo marco regulatório nega as próprias origens da mineração, sempre a cargo da iniciativa privada, e tenta importar um modelo regulatório de outros setores, como o do petróleo, que tem dinâmica diferente da exploração de minérios. Ele também ressaltou que o projeto aumenta a burocracia e os custos com a criação de encargos hoje inexistentes, como o bônus de assinatura, o bônus de descoberta e uma participação nos resultados da lavra.

Senado avança em lei que reabilita superendividados

Comissão analisa proposta de juristas que previne o endividamento exagerado e ajuda as pessoas que estão nessa situação a resolver o problema. Na França, lei impõe renegociação obrigatória entre devedor e credor

Cintia Sasse

SE HÁ 23 anos, antes de o Plano Real estabilizar a economia, os legisladores pudessem antever o que ocorreria com o crédito para o consumo no Brasil, eles certamente teriam incluído no Código de Defesa do Consumidor (CDC) regras para prevenir o endividamento exagerado e resolver o problema dos superendividados. Hoje, com o ingresso de 42 milhões de brasileiros no mercado de consumo na última década (quase a população total da Argentina), tornou-se urgente uma lei que atenda não só os que foram à bancarrota, mas também o enorme contingente de devedores que precisa aprender a planejar suas contas e a defender-se da sedução do crédito fácil.

Essa alteração no CDC está bem avançada no Senado. Uma comissão especial de senadores foi formada para discutir as propostas sugeridas por um grupo de juristas. Até o final deste mês, o relator do projeto de lei em questão (PLS 283/2012), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), deve se

posicionar sobre as 42 emendas apresentadas ao texto original. — O superendividamento é um mal que vem junto com a democratização do crédito — resume certamente teriam incluído no Código de Defesa do Consumidor (CDC) regras para prevenir o endividamento exagerado e resolver o problema dos superendividados. Hoje, com o ingresso de 42 milhões de brasileiros no mercado de consumo na última década (quase a população total da Argentina), tornou-se urgente uma lei que atenda não só os que foram à bancarrota, mas também o enorme contingente de devedores que precisa aprender a planejar suas contas e a defender-se da sedução do crédito fácil.

Perdão

Inspirada na legislação francesa, de 1989, a proposta brasileira é classificada como “tímida” por juízes, especialistas e entidades de consumidores. A justificativa recorrente é que ela se ateve mais às medidas de prevenção do que ao tratamento dos superendividados. O projeto garante o “mínimo existencial” para que o insolvente possa viver, como assegura a lei francesa. Mas, ao contrário da europeia, não impõe a renegociação obrigatória se não houver acordo com os credores na audiência de conciliação. Essa questão pode ser solucionada no relatório final de Ferraço,



Central de Conciliação do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que reúne devedores e credores: experiência de sucesso ainda restrita a poucos lugares do Brasil

atendendo o pleito dos juízes, encaminhado pelo Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (Brasilcon). Outra diferença é que a legislação francesa traz a figura do “perdão da dívida”, parcial ou total. Se no Brasil isso ainda é visto como um convite ao calote, especialmente pelos fornecedores de crédito, na França é uma alternativa para reabilitar o consumidor para o mercado. Nos Estados Unidos, em seu código de falências, de 1978, o perdão se chama *fresh start* (recomeço).

Na França, o perdão, analisado caso a caso pelo juiz, atende os que sofreram com os reveses da vida — desemprego, doença, morte e até divórcio — e as vítimas de abusos no crédito e sua concessão irresponsável, explica a juíza Káren Bertorcello, que responde pelo Observatório do Crédito e Superendividamento do Consumidor, uma parceria da UFRGS com a Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça.

Embora os argentinos estejam estudando opções para os superendividados do país e Portugal só no ano passado tenha admitido legalmente essa necessidade, porém sem definir procedimentos, segundo Káren, muitos países europeus, como Alemanha, Inglaterra, Bélgica, Finlândia e até o pequeno grão-ducado de Luxemburgo, e mesmo a África do Sul, entre os emergentes, já têm lei para

os insolventes, inclusive com a renegociação obrigatória determinada pelo juiz.

Experiências

No Brasil, a experiência das conciliações feitas pelos juizados, uma das bases para a construção do projeto de lei em estudo no Senado, nasceu há sete anos no Rio Grande do Sul, resultado de um projeto de pesquisa de mestrado de duas juízas sob a orientação da professora Claudia. O trabalho inspirou a formação voluntária de núcleos de atendimento aos superendividados na Defensoria Pública do Rio de Janeiro, no Procon paulista e nos tribunais de Pernambuco, Paraná e São Paulo.

Sem dados nacionais, essas experiências locais abastecem os estudos sobre o perfil do superendividado. A maioria não é formada pelo gastador compulsivo e imprevidente — ao contrário

do que crê o senso comum. São os que sofreram aqueles reveses da vida (*leia texto ao lado*).

É verdade que ele precisa aprender a se planejar e adquirir conhecimentos que o protejam, o que os especialistas chamam de educação financeira. E também precisa aprender a poupar, a identificar as armadilhas publicitárias e a analisar na ponta do lápis as ofertas de crédito fácil.

Mas o consumidor brasileiro, de acordo com a professora de psicologia social Inês Hennigen, também da UFRGS, não pode enfrentar sozinho a engrenagem publicitária que tenta moldar padrões de consumo, induzir decisões de compra e oferecer crédito indiscriminado inclusive para quem não tem condições de pagar. Para formar o consumidor consciente, ainda na visão dela, o país precisa de mudanças mais profundas, tanto na área educacional quanto na cultural.

O que significa

O projeto em análise no Senado define o que é superendividamento

Comprometimento de mais de 30% da renda líquida mensal do consumidor com o pagamento do conjunto das dívidas não profissionais, exigíveis e vincendas, excluído o financiamento para aquisição de casa para a moradia, e desde que inexistentes bens livres e suficientes para liquidação do total do passivo.

Economizar virou “comprar barato”, critica psicóloga

Distribuir cartilhas, organizar palestras e oferecer cursos de planejamento do orçamento doméstico podem ajudar na educação financeira dos brasileiros. Mas não é suficiente.

— O importante é educar quanto ao consumo, e não para o consumo — afirma a professora de psicologia social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Inês Hennigen, uma das poucas especialistas de fora dos tribunais a estudar o superendividamento.

O que aparenta ser uma sutileza semântica envolve questões educacionais e culturais profundas, que desafiam os legisladores e os estudiosos da área de defesa do consumidor. A expansão do crédito, principalmente após 1994, na esteira do Plano Real, produziu um enorme contingente de endividados — principalmente nos últimos cinco anos, com o surgimento da chamada nova classe média.

Cerca de 65% das famílias estão penduradas em cheques pré-datados, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimos pessoais, seguros e prestações de carro, segundo uma pesquisa da Confederação Nacional do Comércio (CNC) com dados do mês passado. Dessas famílias, 22,4% estão com contas em atraso; 7,4% não terão condições de pagá-las.

O endividamento no cartão de crédito é, disparado, o maior de todos (75,2%). Isso é resultado de campanhas agressivas de marketing (que apresentam esse meio de pagamento como indispensável), de práticas abusivas (como o envio a quem não solicita) e de concessões indiscriminadas



Movimento na Rua 25 de Março, principal zona de comércio popular em São Paulo

(com oferta a quem claramente não tem condições de pagar).

Cada vez mais, segundo a professora Inês, os consumidores estão deixando de quitar a conta mensal. Muitos pagam o mínimo de 15% da fatura e caem na cilada dos juros extorsivos.

Na avaliação do sociólogo polonês Zygmunt Bauman, no livro *Vida e Crédito*, o cliente mais interessante para o sistema financeiro é o que não consegue pagar a fatura integral. Essa armadilha pode culminar no superendividamento.

Calcular o risco, pondera Inês, envolve “um bom saber” em matemática — algo que a maioria dos brasileiros não tem, devido à baixa qualidade do ensino. Apenas 32,5% das crianças do quinto ano absorvem o conteúdo de matemática, caindo para 14,7% no final do ensino fundamental e 11% no fim do ensino médio, conforme o *Anuário Brasileiro da Educação Básica*, com dados do Ministério da Educação.

— Como querer que as pessoas entendam os cálculos de juros praticados pelas instituições

financeiras e planejem seus orçamentos? — questiona a professora.

Infância

Além desse despreparo, o consumidor enfrenta o bombardeio da publicidade, com ofertas de crédito fácil, a longo prazo, focado nas prestações, e até para aqueles com restrições no Serasa e no SPC, acrescenta Inês, que conclui em dezembro uma pesquisa sobre essas campanhas veiculadas em folhêros, pelos jornais e pela TV. Slogans anunciados por supermercados,

como “economizar é comprar bem” ou “pague menos e leve mais”, mostram, segundo ela, que a ideia de economizar não está mais associada à poupança, mas sim à de comprar mais barato e obter vantagens.

A indução para usar cartão de crédito começa na infância. Bancos já oferecem cartão de débito em substituição ao dinheiro — a mesada eletrônica, para crianças de 6 a 13 anos. O Banco Imobiliário, um dos jogos mais populares nessa faixa etária, substituiu as cédulas de papel pelo cartão. Os brasileiros aprendem desde cedo a expressar afetividade por meio de bens materiais para comemorar datas como Natal, Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais e Dia da Criança.

— A publicidade reforça isso — diz a professora.

Com toda essa engrenagem publicitária e a falta de qualidade na educação, não se pode classificar o consumidor brasileiro como gastador e impulsivo.

— Ele não é impulsivo por si próprio, mas é impulsionado por toda essa engrenagem publicitária — conclui Inês.

Principais tipos de dívida

Estudo recente da CNC mostra que, das famílias endividadas, a maior parte está pendurada no cartão de crédito. Cada família pôde apontar mais de uma modalidade



Fonte: Confederação Nacional do Comércio



A professora Claudia Marques fala no Senado sobre superendividamento, em audiência da qual participou Ferraço (2º à esq.)

Projeto em análise prevê audiência conciliatória para renegociação do débito

Mudanças no Código de Defesa do Consumidor (CDC) disciplinarão a prevenção e o tratamento dos superendividados. Conheça, a seguir, alguns pontos do projeto de lei, que está em fase final de tramitação na comissão especial de senadores que analisa alterações no CDC:

- A lei deverá adotar o “mínimo existencial” de 30% da remuneração líquida destinada ao pagamento das dívidas, como forma de garantir ao superendividado parte da renda para sua subsistência.
- O consumidor de boa-fé que comprometa mais do que

30% da renda líquida mensal com pagamento de cartão de crédito, consignado, cheque especial e outras modalidades (excluídas casa própria e pensão alimentícia) poderá requerer ao juiz audiência conciliatória, com a presença dos credores, para um plano de repactuação das dívidas pelo prazo máximo de cinco anos. O relator poderá incluir a renegociação obrigatória.

- O projeto prevê prazo de dez anos para requerer a repactuação, mas o relator deve reduzi-lo para cinco anos, seguindo o que já está no CDC.
- Os credores serão obriga-

dos a comparecer à audiência de conciliação se não quiserem que a exigibilidade do débito seja suspensa e a cobrança dos encargos de mora seja interrompida.

■ A sentença judicial, com a homologação do acordo, terá eficácia de título executivo e “força de coisa julgada”.

■ Constará do plano de pagamento a data para excluir o nome do consumidor de cadastros de inadimplentes e para suspender as ações judiciais que estiverem em curso.

■ O consumidor só poderá pedir ao juiz um novo plano de pagamento dois anos após a

quitação do primeiro — depois de sete anos, se repactuar no máximo previsto de cinco.

■ Para proteger principalmente o idoso e outras parcelas vulneráveis da população, deverá ser adotado o direito de arrependimento. Quem contratar o crédito consignado terá sete dias para desistir da operação.

■ A atuação dos corretores de crédito (os chamados pastinhas) deverá ser coibida. O projeto proíbe assédio ou pressão sobre consumidores, especialmente idosos, analfabetos e doentes, para contratar crédito ou produtos e serviços, em especial a distância (por

telefone ou internet) ou se envolver prêmio.

■ O consumidor terá acesso detalhado às informações do que está sendo efetivamente cobrado dele.

■ Haverá proibição de publicidades abusivas (anúncios de oferta de crédito sem consulta ao SPC e ao Serasa, referências a crédito “sem juros”, “gratuito”, “sem acréscimo” ou “taxa zero”, ocultação dos riscos e dos ônus na contratação do crédito, textos de difícil compreensão para estimular o endividamento). O relator deve incluir um dispositivo que considera abusiva a publicidade dirigida à criança.

Inesperados, “acidentes da vida” levam à insolvência

O brasileiro tem fama de ser gastador e consumista. Cede fácil aos apelos da publicidade e tem enorme dificuldade de planejar os gastos. Esse perfil traçado pelo senso comum, porém, nem sempre corresponde ao que de fato ocorre com os superendividados. A maioria não gasta mais do que recebe.

As situações extremas de endividamento são provocadas principalmente por fatores alheios ao controle dos consumidores. São definidos pelos especialistas como “acidentes da vida”, entre os quais o desemprego, as doenças, a morte e o divórcio.

Na ausência de dados nacionais sobre o superendividamento, o que tem dificultado uma análise mais abrangente sobre o Brasil, os estudiosos recorrem

a indicadores coletados pelos poucos juizados que implantaram núcleos de conciliação para atender esses casos.

O mais antigo é o de Porto Alegre, que já atendeu mais de 5 mil superendividados desde dezembro de 2007. Pouco mais de 26% deles foram à bancarrota porque gastavam mais do que recebiam. A maioria chegou à insolvência porque sofreu com desemprego (quase 23%). Em seguida, aparecem doenças pessoais ou na família (19%), separação ou divórcio (4,7%) e morte (2,5%). Se juntar a redução da renda familiar (24,3%), mais de 70% do total se endividou excessivamente não por gastos desenfreados, mas sim por insuficiência de renda diante dos percalços da vida.

Outro dado da mostra, compilada pelo Observatório do Crédito e Superendividamento do Consumidor, criado por uma parceria entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Ministério da Justiça, é que a faixa de renda dos

mais endividados vai de um a cinco salários mínimos, quando se analisa tanto a média individual mensal quanto a familiar. Ou seja, a nova classe média está incluída entre os superendividados, com uma fatia expressiva de aposentados (20,3% do total).

Causas da dívida

A Justiça do Rio Grande do Sul constatou que os débitos, em grande parte, surgem de forma imprevista, originados de desemprego, doença e divórcio



Fonte: Observatório do Crédito e Superendividamento do Consumidor (UFRGS)

Saiba mais

Audiência pública do Senado discute superendividamento
<http://bit.ly/audienciaCDC>

Observatório do Crédito e Superendividamento do Consumidor
<http://www.ufrgs.br/ocsc/web/>

Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor
<http://brasilcon.org.br>

Senado celebra 100 anos dos bois-bumbás Garantido e Caprichoso

Associações folclóricas realizam anualmente festival competitivo que atrai milhares de turistas ao Amazonas e movimenta milhões de reais

AO HOMENAGEAR OS cem anos dos Bois Caprichoso e Garantido, principais personagens do Festival Folclórico de Parintins, declarado patrimônio cultural do estado do Amazonas, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que o evento é “uma verdadeira ópera a céu aberto”. Ela ressaltou que o festival tem origens ibéricas e chegou à Amazônia por meio dos migrantes nordestinos. Durante a homenagem, realizada pelo Senado ontem, houve uma apresentação com os dois bois-bumbás.

A sessão especial, aberta pelo segundo-vice-presidente do Senado, Romero Jucá, foi solicitada pelos três senadores do Amazonas: além de Vanessa, Alfredo Nascimento (PR) e Eduardo Braga (PMDB).

Mistura cultural

Nascimento disse que a formação étnica do amazonense “é um maravilhoso mix de elementos indígenas, africanos e europeus, e é dessa mistura que vem a efervescência e a originalidade do povo amazonense e de sua cultura popular”.

— São essa exuberância e essa originalidade que nos reúnem aqui, hoje, para celebrar o centenário dos bois-bumbás Caprichoso e Garantido — acrescentou Nascimento.



Alegoria do Boi Garantido em apresentação no Plenário durante sessão de homenagem solicitada pela bancada amazonense

Vanessa Grazziotin frisou que essa é a festa popular de maior expressão entre os amazônidas. Para a senadora, o festival “é um épico que revela o povoamento e a fundação da Amazônia, ao mesmo tempo em que demonstra como uma tradição de matriz múltipla, como o bumba meu boi, pôde se desenvolver em busca da novidade e da invenção”.

— Ao bumba meu boi do Nordeste juntaram-se elementos indígenas e daí surgiu o boi-bumbá de Parintins, no Amazonas — explicou.

Alfredo Nascimento lembrou que, além da dimensão sociocultural, o festival, que

ocorre sempre em junho, é importante para a economia do estado, “já que é capaz de arrastar para a região milhares de pessoas a cada ano, fomentando o turismo, principalmente o decorrente da vinda de estrangeiros”.

— Para que se tenha uma ideia, cada edição da festa injeta, em média, mais de R\$ 60 milhões na economia do Amazonas — observou Nascimento, salientando que “nem mesmo as recentes crises na economia mundial e as enchentes na região interferiram no sucesso do festival”.

A homenagem no Senado contou com a participação

de senadores de outros estados: Ana Amélia (PP-RS), Cristovam Buarque (PDT-DF), João Durval (PDT-BA), José Agripino (DEM-RN).

Ana Amélia destacou que, segundo estimativa da Amazonastur, o evento leva anualmente mais de 70 mil turistas a Parintins. Ela acrescentou que o festival de Parintins é mais do que patrimônio do Amazonas, “é um patrimônio brasileiro”. Ela contou que o boi-bumbá foi resgatado no Rio Grande do Sul, no município de Encruzilhada do Sul, há mais de 40 anos, por Firmino Silveira e pelo historiador Humberto Fossa.

Instituições poderão oferecer cursos de extensão a idosos

A oferta de cursos de extensão para pessoas idosas poderá ser obrigatória em instituições públicas de educação superior. É o que prevê projeto que será votado na Comissão de Educação (CE) hoje. O substitutivo de Paulo Paim (PT-RS) ao PLS 344/2012, de Cristovam Buarque (PDT-DF), muda o Estatuto do Idoso para tornar permanentes cursos para idosos em universidades, faculdades e institutos de ciência e tecnologia mantidos com recursos da União, estados ou municípios. Se aprovado sem recurso para votação em Plenário, o texto seguirá para a Câmara.

Também deve ser votado o PLS 217/2009, de Valdir Raupp (PMDB-RO), que inclui a taxa de matrícula no valor total da anuidade escolar e estabelece limite para a multa por cancelamento.

Projeto obriga cidades a ter plano de paisagismo urbano

O substitutivo do senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ao PLC 59/2010 — que torna obrigatória, no plano diretor dos municípios, a inclusão do paisagismo de espaços urbanos destinados à circulação de pessoas e recreação — será submetido amanhã a turno suplementar de votação pela Comissão de Meio Ambiente (CMA).

No relatório, Randolfe explica que a proposta já havia sido modificada na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), para substituir o conceito de plano de arborização urbana por plano de paisagismo urbano. O relator na CMA fez novas mudanças — entre elas, a que torna obrigatória a utilização de espécies nativas, como forma de conservação da biodiversidade.

Cristovam lamenta falta de apoio ao futebol social



Cristovam lembra que o Brasil está gastando R\$ 50 bilhões com a Copa

A falta de apoio financeiro do governo federal e da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) à Seleção Brasileira de Futebol Social foi lamentada por Cristovam Buarque (PDT-DF). A equipe masculina da categoria disputou e venceu a 11ª edição do campeonato mundial, realizado semana passada na Polônia, sem ter recebido qualquer ajuda do governo para a viagem e a estadia no país europeu.

O campeonato de futebol social é disputado

exclusivamente por jogadores que vivem em situação de exclusão e falta de moradia. As partidas são disputadas por equipes de apenas quatro jogadores num campo de dimensões reduzidas.

Segundo Cristovam, a conquista do título pela Seleção Brasileira de Futebol Social somente foi possível porque o técnico da equipe, Pupo Fernandes, tomou um empréstimo bancário de R\$ 40 mil e pagou ele próprio todas as despesas de viagem do time.

Cristovam destacou o fato de que nem o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, nem a CBF forneceram ajuda ao time brasileiro.

— Liguei para o ministro Aldo Rebelo e disse para ele o que estava acontecendo. O ministro foi extremamente gentil comigo, mas não deu nada, não apoiou nada, não fez nada. Mandou para a CBF. Os organizadores do evento foram à CBF, que disse que não é casa de ajuda, que não está aí para ajudar em coisas desse tipo — relatou.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Participantes de audiência dizem que, diferentemente do que ocorre no setor privado, normas para o trabalhador público não são consolidadas

Comissão quer ouvir ministra sobre segurança e saúde no serviço público

A AUSÊNCIA DE diretrizes e de normas consolidadas sobre segurança e saúde no trabalho aplicáveis ao serviço público foi apontada por Paulo Paim (PT-RS). O senador anunciou que vai propor requerimento convidando a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, a debater, na Comissão de Direitos Humanos (CDH), uma solução para o problema.

— Há uma lacuna e queremos dar uma contribuição ao debate — disse.

A medida foi um dos encaminhamentos da audiência sobre o tema promovida ontem pela CDH. Outra decisão aprovada é a criação de grupo de trabalho — que deve ser instalado em setembro — com representantes das entidades e senadores para tratar das linhas de uma proposta legislativa que abordará a questão da segurança e da saúde do trabalho no serviço público. Na esfera privada, além de diretrizes existentes na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), cabe ao Ministério do Trabalho baixar normas regulamentadoras (NRs) para garantir a segurança das atividades. A ideia é que o futuro projeto de lei defina diretrizes gerais que serão válidas para as administrações



Paim (C) preside audiência na Comissão de Direitos Humanos sobre segurança e saúde no trabalho no serviço público

federal, estaduais e municipais.

Ficou ainda acertado que a CDH deverá encaminhar ao governo pleito para que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão seja incluído na Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho, que atua na revisão e na ampliação da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho. O presidente da Associação Nacional de Engenharia de Segurança (Anest), Francisco Machado da Silva, explicou que a função da comissão tripartite é implementar diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

— O termo “trabalhador” abrange todas as pessoas

empregadas, inclusive os do serviço público — reforçou.

Segundo José Delfino Lima, diretor financeiro da Anest, os 33 mil registros de aposentadorias por invalidez no serviço público federal, entre 2006 e 2011, “indicam que alguma coisa está errada”. Ele observou que o quadro geral no país é desconhecido, por falta de estatísticas.

— Já na esfera celetista, a Previdência divulga à sociedade informações regulares.

Alternativas

Para Francisco Edison Sampaio, presidente da Associação Goiana de Engenheiros de Segurança no Trabalho (Agest),

duas soluções podem ser examinadas: a possibilidade de adoção das mesmas normas do setor privado no público ou a aprovação de lei geral federal que obrigue todo órgão público a prestar segurança aos empregados na atividade ou no local de trabalho.

Celso Berilo Cavalcanti, diretor financeiro da Associação Brasileira de Engenharia de Segurança do Trabalho (Abraest), destacou que o Brasil está no quarto lugar mundial em acidentes de trabalho, posição “nada gratificante”. Ele acrescentou que os próprios auditores do trabalho precisam ir a campo sem equipamento individual de segurança.

Fiscalização sobre fundos de pensão em debate

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promoverá amanhã audiência pública para debater a efetividade da fiscalização sobre os fundos de pensão em relação aos investimentos de alto risco, como os realizados nas empresas do Grupo EBX, de Eike Batista. As fortes perdas do grupo, voltado às atividades de mineração, atingiram vários fundos de pensão que participaram dos negócios do empresário.

Para o debate, está convidado o diretor da Superintendência

Nacional de Previdência Complementar (Previc), José Maria Rabelo. A audiência foi requerida por Ana Amélia (PP-RS).

Há pouco mais de um ano, Eike esteve na lista dos homens mais ricos do mundo. Ultimamente, porém, os negócios do empresário passaram por turbulências e, após uma crise de confiança, as ações das empresas dele rapidamente perderam valor de mercado. Atualmente, segundo a imprensa, o grupo tem um passivo de mais de R\$ 25 bilhões.

Em discurso no dia 7, Ana Amélia destacou os prejuízos causados ao Fundo de Pensão do Banco do Brasil (Previ) com perdas nas aplicações em ações do Grupo EBX. Em 2012, os recursos dos funcionários do banco com as ações do grupo somavam R\$ 15 milhões, hoje não passam de R\$ 300 mil.

Ela citou o fundo de pensão dos funcionários dos Correios, o Postalís, que já acumula perdas de quase R\$ 1 bilhão, só nos últimos dois anos.

O déficit também ocorreu nos investimentos das ações do Grupo EBX e por problemas de avaliação técnica.

— É o patrimônio dos trabalhadores que está correndo risco. Não podemos permitir que o desastre do caso Aerus se repita — disse a senadora.

Ela acrescentou que no dia 27 será a vez de o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, comparecer ao Senado para explicar as políticas e as operações de crédito realizadas entre o banco e o grupo de Eike.

Paim defende direitos do trabalhador terceirizado

Paulo Paim (PT-RS) manifestou preocupação com os processos de terceirização do trabalho. Ele reconheceu que o assunto é “polêmico e preocupa a todos” e lembrou que, desde quando era deputado, é contra as tentativas de flexibilizar os direitos de terceirizados por levar à precarização dos direitos dos trabalhadores.

— A terceirização deve focar apenas atividades-meio. Nas atividades-fim, deve haver a contratação direta — afirmou.

O senador informou que

há, no Congresso, cerca de 60 projetos sobre o assunto, boa parte reduzindo direitos. Ele acrescentou que muitos têm problemas técnicos e alguns chegam a ser inconstitucionais. Paim citou o Projeto de Lei 4.330/2004, que, segundo ele, diminui direitos dos terceirizados e tem sido alvo de críticas da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

Paim destacou, no entanto, a proposta (PL 6.007/2013) que tramita na Câmara e assegura

adicionais de insalubridade e periculosidade aos terceirizados. Segundo Paim, os processos envolvendo as terceirizações têm se tornado um gargalo na Justiça do Trabalho, por conta da dificuldade de cobrança das empresas que “evaporam” devendo para os trabalhadores. Ele relatou que há 5 mil recursos na Justiça.

O senador informou que o Brasil tem entre 10 milhões e 11 milhões de terceirizados, cerca de 30% do total, mas eles não têm as mesmas condições

de segurança de trabalho do contratado de forma direta. A jornada de trabalho, disse, costuma ter três horas a mais por semana e os acidentes entre empregados terceirizados representam 80% do total. De cada cinco mortes por acidente de trabalho, quatro são em empresas terceirizadas.

— É uma discriminação hedionda. Não é bom para o país ter mais acidentes de trabalho. Quem paga somos todos nós. Quem perde é, principalmente, o trabalhador — lamentou.

Projeto aumenta limite de idade de dependente no IR

Entre os 11 itens da pauta que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa hoje, está o projeto (PLS 145/2008) do ex-senador Neuto De Conto que aumenta de 21 para 28 anos o limite de idade de dependência econômica para efeitos de Imposto de Renda Pessoa Física. Caso o filho, enteado, irmão, neto, bisneto e menor pobre dependente do contribuinte estejam cursando ensino superior ou escola técnica de segundo grau, a dependência pode ir até os 32 anos. A proposta tem decisão terminativa na comissão, onde recebeu voto favorável do relator, Benedito de Lira (PP-AL, foto).

Para o senador, a proposta é uma evolução, “já que alivia a carga sobre o contribuinte da classe média, premida por uma tributação pesada”. Ele ressalta que a medida só beneficiará aqueles que de fato arquem com as despesas com a manutenção do dependente.

Proposta muda regra para honorários de advogado trabalhista

Está na pauta da reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) de amanhã o projeto (PLC 33/2013) que torna obrigatória a presença de advogado em todas as ações trabalhistas e estabelece que a parte vencida deverá pagar os honorários aos advogados da parte vencedora.

A proposta ganhou prioridade depois que o presidente da Casa, Renan Calheiros, recebeu representantes da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat). De acordo com o texto, os honorários deverão ser fixados entre 10% e 20% sobre o valor da condenação. O relator, Jayme Campos (DEM-MT, foto), deu parecer favorável.

Também está na pauta o projeto (PLC 70/2012) que exige de todos os edifícios de uso público e coletivo a adoção de normas de manutenção dos sistemas de ar condicionado. O relatório de Cícero Lucena (PSDB-PB) é favorável.



Marcos Oliveira / Agência Senado



Márcia Kallume / Agência Senado

Senado lembra morte de Vieira de Mello

Alto comissário da ONU para os Direitos Humanos morreu dez anos atrás, num atentado no Iraque; homenagem em comissão incluiu referências à luta dele pela paz

SERGIO VIEIRA DE Mello recebeu uma homenagem póstuma ontem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A audiência em homenagem ao alto comissário da Organização das Nações Unidas (ONU) para os Direitos Humanos marcou os dez anos da morte. Ele morreu em 19 de agosto de 2003, num atentado contra a sede da ONU em Bagdá.

Considerado um grande negociador pela paz, ele havia atuado em países como Bangladesh, Ruanda e Timor-Leste.

A professora Carolina Larriera, companheira de Vieira de Mello na época da morte, disse que a data é triste para todos que trabalham pela paz.

— Era um idealista pragmático e um lutador pela paz e pelos direitos humanos — afirmou.

Carolina lembrou que também é funcionária da ONU e uma sobrevivente do atentado que vitimou Vieira de Mello. Ela reclamou que, depois da



Participam da homenagem Alberto Fonseca, Carolina Larriera, Eduardo Suplicy, Julia Barros Schirmer e Carlos Mussi

tragédia, não teve amparo da ONU. De acordo com Carolina, Vieira de Mello era considerado um grande candidato à sucessão de Kofi Annan, secretário-geral da ONU na época do atentado.

Carolina chegou a questionar se as falhas de segurança na sede iraquiana da ONU não eram propositais, para desviar o foco de alvos potenciais de atentados, como seria a base militar dos EUA em Bagdá.

Eduardo Suplicy (PT-SP), que propôs e presidiu a audiência,

prometeu entrar em contato com representantes do governo para tratar de possíveis medidas que o Brasil possa tomar para investigar as reais circunstâncias do atentado.

Para Alberto Fonseca, representante do Ministério das Relações Exteriores, a experiência de vida e a morte precoce de Vieira de Mello simbolizam a diferença que uma pessoa pode fazer para a humanidade.

Na opinião de Julia Barros Schirmer, representante da Secretaria dos Direitos

Humanos da Presidência da República, Vieira de Mello foi um humanista.

O diretor do escritório brasileiro da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), Carlos Mussi, elogiou a visão de mundo de Vieira de Mello como defensor do multilateralismo, com ênfase em uma maior participação dos países emergentes nas decisões mundiais.

No final da audiência, foi exibido um vídeo sobre a visita de Suplicy ao Iraque em 2008.

“Ele era apóstolo da busca da justiça”, diz Suplicy

Em pronunciamento no Plenário do Senado, Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou os dez anos da morte de Sergio Vieira de Mello.

O alto comissário da ONU para os Direitos Humanos morreu em 19 de agosto de 2003, num atentado em Bagdá.

Para ele, Vieira de Mello era carismático, empreendedor e otimista. Suplicy disse que a missão do alto comissário era desenvolver um projeto de reconstrução do Iraque e devolver a soberania ao povo.

— Ele era um apóstolo da busca da justiça — afirmou.

O senador contou que trocou e-mails com Vieira de Mello em fevereiro de 2003, fazendo sugestões sobre a reconstrução do Iraque, inclusive a adoção de um programa de renda básica de cidadania.

Vanessa quer explicações oficiais sobre detenção de brasileiro

A detenção, por autoridades britânicas, de David Miranda, companheiro do jornalista Glenn Greenwald — responsável por revelar os programas de espionagem dos Estados Unidos com base nos documentos do ex-técnico da CIA Edward Snowden — foi criticada em Plenário ontem por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). A senadora apresentou requerimentos de moção contra a ação da polícia inglesa e de convite para que o embaixador britânico em Brasília, Alex Ellis, venha ao Senado prestar esclarecimentos sobre o episódio.

Na opinião de Vanessa, a ação do governo inglês foi ilegal e tinha como objetivo intimidar Glenn Grenwald, que vive com Miranda no Brasil, para evitar que ele continue divulgando informações do material repassado por Snowden. A senadora cumprimentou o jornalista por, já na manhã de ontem, ter-se pronunciado, avisando que não será intimidado

e que seguirá divulgando as informações que possui. Ela cumprimentou também o governo brasileiro, por meio do Itamaraty e da Secretaria de Direitos Humanos, por ter divulgado nota condenando a ação do governo inglês.

No requerimento, a senadora solicita que o embaixador britânico seja ouvido na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) aprovou as reações do Itamaraty e da ministra dos Direitos Humanos, quando censuraram a ação

das autoridades britânicas e afirmaram se tratar de medida injustificável por envolver indivíduo contra quem não pesam quaisquer acusações que possam legitimar o uso de uma legislação antiterror.

— O jornalista Glenn Greenwald, no meu entendimento, prestou um grande serviço à humanidade quando revelou como uma agência ligada ao governo dos Estados Unidos se utilizava de instrumentos para conhecer e analisar as comunicações telefônicas, por e-mail e por outras formas pela internet — afirmou Suplicy.



Greenwald (D, ao lado de Miranda) afirmou que continuará a divulgar vazamentos

Cristovam Buarque (PDT-DF), também em aparte, sugeriu que a CRE dedique uma parte da reunião de quinta-feira para debater a detenção de Miranda.

— Se houvesse suspeita de que ele estava carregando armas, bombas, tudo bem, porque a polícia tem a obrigação. Mas a acusação é de que ele é amigo de uma pessoa que nada tem a ver com terrorismo, até porque o senhor Snowden não praticou nenhum ato de terrorismo, não tem nenhuma ligação com o terror.

Cristovam informou que o caso teve grande repercussão na Inglaterra. O senador citou matérias da imprensa britânica segundo as quais o Parlamento inglês fez duras críticas à polícia e ao governo.

— O nosso governo e nós estamos muito tímidos diante disso — concluiu.

CPI

Vanessa Grazziotin lembrou ainda que o Senado aprovou requerimento de criação de

uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) que aguarda apenas a indicação de todos os integrantes para que seja instalada. Na avaliação da senadora, embora a CRE esteja se dedicando a este assunto, a CPI terá “maiores e melhores condições” de analisar os fatos.

David Miranda foi detido por quase nove horas no Aeroporto de Heathrow, em Londres, no domingo, quando fazia conexão ao voltar para o Brasil, vindo da Alemanha.

Além de ficar detido e incommunicável, o brasileiro teve confiscados equipamentos pessoais — laptop, celular, pen-drives. Miranda estava em Berlim para participar de uma reunião com a documentarista norte-americana Laura Poitras, que, junto com Glenn Greenwald, recebeu, no começo de junho, os documentos secretos fornecidos por Edward Snowden. A prisão de Miranda se deu com base na lei britânica antiterrorismo.

Governança da internet e registro de domínios são tema de audiência pública

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) promove hoje audiência sobre a governança da internet no Brasil, o registro de domínios e a fiscalização dos recursos destinados ao setor.

Foram convidados o presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), Jorge de Paula Avila;

o representante do Ministério da Ciência e Tecnologia no Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), Rafael Moreira; o secretário-executivo do CGI.br, Hartmut Glaser; Marcelo Bechara, da Anatel; e Demi Getschko, do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br).

Comissão de Relações Exteriores debate as relações comerciais no Mercosul

As relações comerciais no Mercosul são tema de debate, hoje, na Comissão de Relações Exteriores (CRE). A audiência pública, que atende requerimento de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), está prevista às 14h30.

Foram convidados o alto representante-geral do Mercosul, Ivan Ramalho;

José Augusto Fernandes, representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Roberto Giannetti, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp); e o embaixador Clodoaldo Huguene, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).